

ARTIGO - DOSSIÊ

HISTÓRIA AMBIENTAL URBANA E AS MOBILIZAÇÕES DE ONGS EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE E CONTRA A VERTICALIZAÇÃO: O CASO DE CAMPINA GRANDE, PB (1996-2015)

URBAN ENVIRONMENTAL HISTORY AND MOBILIZATIONS OF NGOS IN DEFENSE OF THE ENVIRONMENT AND AGAINST VERTICALIZATION: THE CASE OF CAMPINA GRANDE, PB (1996-2015)

JOSÉ OTÁVIO AGUIAR*

RESUMO

Estuda-se neste artigo o processo de verticalização arquitetônica e urbana de Campina Grande (PB), com base na percepção de diferentes atores sociais que sobre ele desenvolveram reflexão e percepção sensível e mnemônica. Mas, particularmente, para além desse enfoque do processo em si, historiam-se os movimentos de mobilização ambientalista movidos por esses setores da população que, em oposição e militância, procuraram impedi-lo ou regradar sua expansão desordenada que seguia as regras do mercado em seu afã de demolir, reconstruir e remodelar.

PALAVRAS-CHAVE: verticalização urbana; história ambiental; militância ambientalista de classe média.

ABSTRACT

Studying the process of architectural and urban verticalization of Campina Grande (PB), from the perception of different social actors that he developed on reflection and sensible and mnemonic awareness. But, particularly, in addition to this process approach itself, history is on the environmental campaigning movements driven by these sectors of the population, in opposition and militancy, the sought to prevent or regulate its sprawl following the Market rules their zeal to demolish, reconstruct and remodel.

KEYWORDS: urban piggybacking; environmental history; middle class environmentalist militancy.

Introdução

A experiência intelectual moderna a respeito da problematização da noção de lugar foi enriquecida com a contribuição do geógrafo Vidal de La Blache (1845-1918) e de sua escola, chamada possibilismo. Questionando o determinismo geográfico, comumente associado aos escritos de Friedrich Ratzel, La Blache advogava que ambiente e sociedade se interinfluenciavam, sendo desaconselhável abordar um domínio da geografia física separadamente das influências antrópicas.¹ Com essa abordagem, o conceito de lugar ficou marcado por uma polissemia regular, na evolução do estudo das relações entre história e cultura. Para La Blache, relações humanas específicas em contato com um dado meio natural geravam uma determinada paisagem,² um determinado lugar. Esse lugar, de acordo com ele, seria o objeto privilegiado da geografia, na medida em que, como categoria, seria engendrado na interface entre uma experiência e uma identificação, duas variáveis essenciais.

Se pensarmos na experiência, não apenas como um conjunto de elementos intelectivos, mas como um arcabouço de percepções sensoriais e sociais, bem como políticas, expressas como autopoiese do indivíduo, e também da sociedade, vamos nos aproximar do que permanece hoje da herança do geógrafo sino-americano Yi-Fu Tuan na mais recente história ambiental.³ Ora, para os historiadores ambientais, assim como para os geógrafos, cidades são paisagens, mas também variegados lócus de identificação, de experiência, de vivência, de construção cultural, histórico-social e política de costumes em comum. São lugares, entendidos como imbricação entre espaço e cultura. Existem também relações de poder que dão condições de possibilidade aos espaços e aos lugares, portanto,

também às cidades. Os processos de modernização e outros assim denominados são aqueles pelos quais uma sociedade desfaz suas formas de ser e fazer tradicionais para ressignificá-las numa cultura e num espaço, modificando uma paisagem.

Para saber se essas modificações foram profundas ou superficiais, o pesquisador deve acompanhá-las nas formas de relação entre as pessoas e os lugares. Tais transformações correspondem a um processo de ruptura mais ou menos radical com as formas tradicionais de relação entre as pessoas e os ambientes naturais significados pela cultura urbana sob o combustível do mercado e da especulação pelo lucro, que lhe garante sustentabilidade e ciclos de vida. A cada um desses ciclos corresponde geralmente uma leva de modificações urbanas, arquitetônicas, faunísticas, florísticas. Isso porque, contrariando o senso comum a respeito do tema, as cidades são também natureza, espaços em que a cultura significa e ressignifica a experiência histórica e sua relação entre os homens e os outros animais, inventando permanentemente novas formas de territorialização.⁴ O lugar de onde falamos e emitimos os nossos conceitos como historiadores está sempre no tempo presente, não obstante vivamos um tempo de fluidez moderna, na linguagem de Zygmunt Bauman,⁵ se compararmos a mutante paisagem urbana moderna e as cidades de hoje às urbes tradicionais de mais de um século.

Os problemas que enfocaremos continuam muito pulsantes e prementes, ao tempo em que sobre eles lançamos nosso olhar compreensivo, focado especialmente no chamado processo de verticalização⁶ das edificações urbanas, fenômeno que se intensificou no Brasil por volta da década de 1970, seguindo um movimento de

urbanização desde a década de 1930. Tratava-se, nessa época, de fenômeno verificável principalmente nas três principais metrópoles brasileiras, localizadas como capitais de Estado na região Sudeste: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Logo depois, duas capitais nordestinas seguiram de perto a mesma tendência em suas orlas litorâneas: Salvador e Recife.

A disseminação modelar dessa solução arquitetônica pelo interior do país, especificamente pelo Nordeste não litorâneo, região que vem atravessando abrupto e diversificado processo de transformação, ainda não recebeu abordagem atenta por parte da historiografia. Foi isso o que motivou, inicialmente, nossa pesquisa, cujo foco se concentra numa cidade média do interior do Nordeste, Campina Grande, na Paraíba. Pretendemos compreender de que modo se mobilizaram nichos de setores médios intelectualizados e ligados ao urbanismo da cidade na construção de uma militância ambiental ativa. Essa militância continua presente, embora com muito pouca visibilidade na mídia e no conhecimento da sociedade campinense, que normalmente não guarda uma memória muito clara de sua atuação.

Uma investigação nos arquivos da Associação de Proteção Ambiental (APAM)⁷ nos revelou sua participação, com outras associações de professores, arquitetos e engenheiros, na luta em defesa da orla marítima de João Pessoa, que corria o risco de ser verticalizada. Rastreado o período de redemocratização e de advento de ideias preservacionistas, que permitiu o surgimento, atuação e conquistas ambientalistas na Constituição Federal de 1988 e na Constituição do

Estado da Paraíba de 1989, aí encontramos as condições de possibilidade dessas associações de classe média.

O movimento contrário aos “espigões” argumentava que tais edificações impediriam a circulação de ar para o restante da cidade; por isso, elaborou estratégias de mobilização pautadas em passeatas, shows e entrega de panfletos. Em João Pessoa, é possível realizar o entrecruzamento dos textos jornalísticos de periódicos como *A União*, *O Norte*, *O Correio da Paraíba* e *O Momento* para o rastreamento dessas mobilizações. Até a proibição dos espigões na orla da capital, pela mencionada Constituição paraibana, todo um debate foi noticiado pelos jornais da época. A emenda proposta pelas associações serviu de base para o artigo 229 da Constituição estadual, que limita e regula essas edificações. No caso de Campina Grande, em cujos bairros o processo de verticalização é mais recente, caracterizando-se como um fenômeno verificável entre os anos de 1990 e a atualidade, essa mobilização assumiu aspectos também dignos de nota, que aqui escolhemos como objeto de estudo.

O Nordeste continental e sua cultura são ainda pouco conhecidos no contexto das criativas sociabilidades urbanas que vêm sendo entretidas pelas populações brasileiras no cenário político e econômico da Nova República. Explorar essas modalidades do ser, da vida e do trabalho em cidades com vias de trânsito congestionadas, cada vez mais quentes e populosas, é o nosso objetivo, ao aferirmos os dados de memória urbana e de sensibilidades em relação à paisagem colhidos nos relatos de história oral. Nessa etapa, percorremos a trajetória de vida de militantes ambientalistas campinenses ligados à APAM e à sua sede local,

profissionais e gestores de urbanismo. Cabe esclarecer que o fazemos em busca de suas modalidades de percepção sensível das transformações urbanas que produzem experiência psicológica e subjetiva muito particular.

Os campos de diálogo teórico mais frequentes serão os das histórias ambiental urbana e social do trabalho. Até o momento, os trabalhos de história ambiental no Brasil têm se dedicado pouco ao período posterior à década de 1980. Isso talvez decorra da sua proximidade temporal. Apesar de movimentos ecológicos emergirem na década de 1970 e início dos anos 1980 e a história ambiental ter surgido no bojo da discussão suscitada por esses movimentos, ainda são poucos os historiadores que se debruçam particularmente sobre décadas mais próximas e objetos mais recentes, como é o caso dos processos de verticalização urbana e das oposições que se lhe erigiram por parte de setores das populações envolvidas.

Verticalização e transformação da paisagem em Campina Grande

Nos movimentos da vida, o que é horizontal é monótono, continuísta. Verticalizar é crescer, progredir. A verticalização da cidade de Campina Grande confirma sua vocação progressista de todos os tempos. A função do urbanismo é prever cem anos pra frente. Quando me falavam que no lugar em que eu queria construir avenidas mais largas só tinha mato, eu respondia: a avenida Paulista, em São Paulo, já foi um monte de mato há mais de um século.⁸

Este é um trecho da entrevista que realizamos, em setembro de 2015, com Geraldino Duda, famoso arquiteto tradicional que, durante 40 anos, projetou diversas estruturas urbanas da cidade. Nessa fala, vemos

uma percepção muito comum e otimista sobre o papel dos edifícios, das vias urbanas e do concreto em associação com o progresso das cidades: os edifícios eram o progresso e Campina Grande não queria ficar para trás. Efetivamente, entre os anos de 1996 e 2014, a cidade conheceu a intensificação de um grande processo de verticalização, que, continuando em curso, modifica gradativa e significativamente a paisagem urbana dessa cidade média interiorana. Segundo dados do IBGE, em 2010, a cidade sofreu um aumento mediano e gradativo no número de pessoas morando em apartamentos, atingindo 6,7% da população, quase 26 mil pessoas, sendo que, segundo o Censo 2010, a cidade possuía uma população de 385.213 habitantes.⁹

O processo de verticalização urbana, no qual a cidade se encontra há algumas décadas, vem modificando significativamente o clima, tornando-o mais abafado e influenciando a percepção de temperaturas mais altas nas regiões afetadas. Segundo o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba (CREA-PB), em cinco anos houve um exponencial crescimento urbanístico de Campina Grande. Entre 2007 e 2012, cerca de cem novos prédios com mais de dez andares foram construídos no município. Esse processo de urbanização sem planejamento adequado gera o aumento das temperaturas médias na cidade com a produção de ilhas de calor decorrentes da não circulação do vento e das propriedades térmicas dos materiais utilizados nas edificações urbanas.

Vale lembrar que Campina Grande vivenciou, duas vezes, um intenso crescimento. Não só o desenvolvimento rápido e repleto de ícones do moderno nas duas últimas décadas, mas em dois principais momentos

anteriores, a saber: o primeiro, com a chegada dos trilhos de trem de ferro, em 1904. Esses trilhos, investimento federal, já respondiam à intensificação de um próspero comércio de algodão que dera à cidade o apelido de “Liverpool do Nordeste”. O segundo, com a construção da BR-230, em 1968, uma verdadeira espinha dorsal viária, que corta o Estado de leste a oeste, interligando regiões industrializadas em João Pessoa e Campina Grande, cidade que sedia a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba até hoje. Aliás, a rivalidade entre a população, os comerciantes e o empresariado das duas cidades tem raízes antigas e é bastante conhecida. Inclusive, já se aventou historicamente a criação de um Estado independente no Compartimento da Borborema,¹⁰ cuja capital seria Campina Grande, mas a ideia do separatismo entre litoral e interior não foi adiante, embora apareça esporadicamente no imaginário e nos discursos das elites interioranas.

Assim, desde a década de 1940, com a industrialização e o desenvolvimento das atividades comerciais, houve em Campina Grande a construção de edifícios e notórias reformas urbanas.¹¹ Na década de 1960, sua população urbana superaria a rural (120.951 e 36.629 habitantes, respectivamente),¹² acompanhando um processo que repercutia no interior nordestino um modelo comum no Sudeste do Brasil. Os primeiros edifícios construídos na cidade foram: o Rique, o Palomo e o Lucas, entre as décadas de 1950 e 1960. Os três deram novos ares à cidade interiorana, que os imaginava como portadores e atrativos da modernidade em suas variadas expressões. O acompanhamento detalhado da documentação da Secretaria de Planejamento da Prefeitura nos leva a uma interessante busca de encontrar antecedentes históricos do planejamento urbano na cidade.

Entre 1930 e 1960, elaboraram-se diversos planos e legislações sobre a ocupação dos solos urbanos em Campina Grande. O primeiro deles foi o Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento da cidade de Campina Grande, de Nestor Figueiredo, que remonta à década de 1930.

Décadas depois, nos anos de 1990, quando Campina Grande e várias outras cidades do país elaboraram planos diretores, o incentivo vinha de uma determinação da Constituição estadual, segundo a qual esses instrumentos de gestão seriam obrigatórios, a partir de então, para todas as cidades cuja população ultrapassasse 200 mil habitantes. Foi exatamente nessa década que o Plano Diretor que hoje vigora foi arquitetado. Pela Lei nº 3.236, de 1996, de fato, o Plano Diretor de Campina Grande, o PDCG, começava com a divisão do território municipal em Zona Rural e Urbana (Zonas Adensáveis, de Ocupação Indicada, Não Adensáveis e de Expansão Urbana). Ou seja, num primeiro movimento direcionava uma Zona de Expansão Urbana para as direções sul, sudoeste e oeste da cidade.

Como observou a arquiteta Mariana Bonates, “apesar dessa determinação legal, essas áreas não foram de interesse do mercado imobiliário nem, portanto, focos potenciais do processo de verticalização”.¹³ Na prática, o mercado reorientaria o que o plano previa. Pessoas com maior renda, devido à ausência de infraestrutura nas regiões mais distantes, optam por áreas mais centrais e seus bairros de entorno próximos dos ambientes mais comuns de trabalho e das infraestruturas de saúde e educação. Como observou em entrevista Marina Bonates, outro fator que influenciou a verticalização do centro de Campina Grande foi o dinamismo e a vida do comércio concentrados nessa região e em bairros

próximos, como os da Prata, do Alto Branco e do Catolé¹⁴. A isso, soma-se a ausência de subcentros importantes nas regiões mais distantes.¹⁵

O resultado foi que, dez anos mais tarde, foi aprovada uma lei complementar, a de nº 003, datada de outubro de 2006.¹⁶ Com esta nova lei, encetava-se a revisão do Plano Diretor, o PDCG 2006, que, sem mudar em essência o anterior, simplesmente redirecionava regiões e zoneamentos.

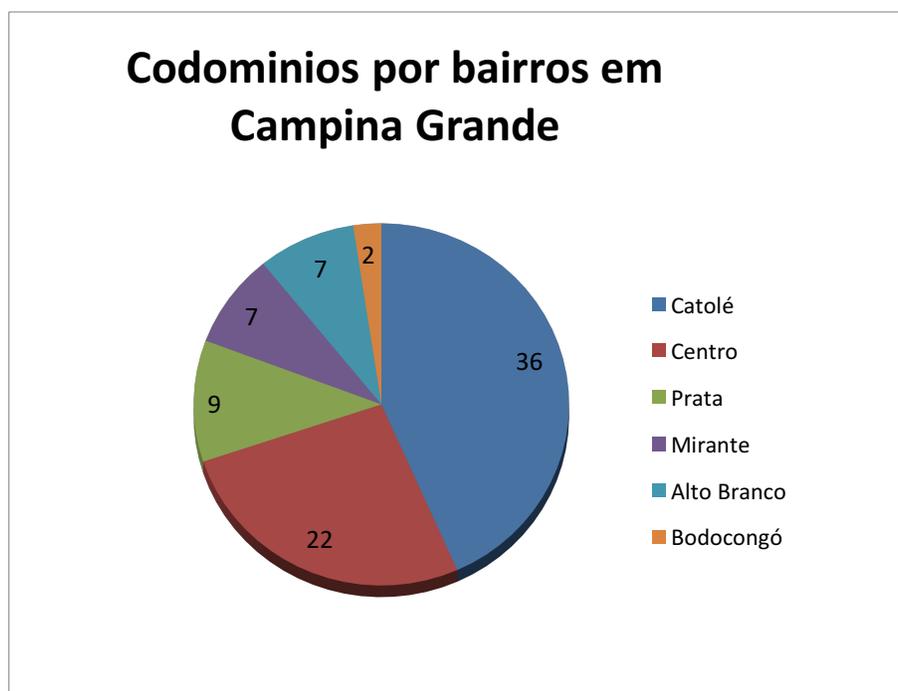


Gráfico 1: Análise do mercado imobiliário de Campina Grande¹⁷

São diversos e variegados os fatores que, direta ou indiretamente, contribuem para o crescente processo da verticalização da cidade de Campina Grande, como a boa infraestrutura, a presença de um setor comercial em seu entorno, de instalações educacionais e principalmente a

localização privilegiada da cidade. Uma constatação inicial: seu crescimento vertical está relacionado com o crescimento populacional. O crescimento da população demanda novos espaços para moradia, o que gera uma hipertrofia no setor imobiliário. Há também uma expansão no setor imobiliário, se comparamos o presente com o passado recente. A partir desse crescimento imobiliário e de seus atores, vamos estudar o processo de verticalização na cidade de Campina Grande entre os anos de 1996 e 2015.

De forma bastante uniforme, senão crescente, para parte considerável dos setores econômica e socialmente emergentes de Campina Grande, a verticalização parece sinônimo de progresso. Cercada por bairros em cujo entorno extensões sobreviventes de mata são visíveis, Campina Grande, de um lado, permite, ao norte, uma vista de mata densa, característica do bioma de brejo de altitude que pode ser avistada no bairro Alto Branco, cujo nome é uma referência à neblina que, no início e no final do dia, oculta uma miríade de telhados, tudo sob temperaturas que variam entre 18° C e 22° C. Ao leste, predomina um ecótono de brejo e caatinga, cujo aspecto impressiona pela peculiaridade da presença da Serra da Borborema, com sua vista para a velha cidade de Fagundes e a sua colossal Pedra de Santo Antônio. Ao oeste, ainda visível, um horizonte de caatinga que marca, sob clima bem mais quente, a paisagem de quem se dirige ao cariri, seridó e Alto Sertão paraibanos.

Como a cidade se expandiu a partir do Açude Velho, uma reserva para as águas que vêm da Mata do Louzeiro pelo Riacho das Piabas, a história da presença das elites da cidade em sua orla e entornos remonta à formação da urbe. A Mata do Louzeiro é uma região de mata preservada

localizada entre os bairros Rosa Mística e Palmeira. Lá estão localizadas as únicas fontes de água doce da cidade, hoje não mais utilizadas para o consumo humano direto. As diversas tentativas de transformar a região em uma reserva florestal, movidas por ambientalistas, políticos ou juristas, nunca obtiveram êxito, entretanto, desde o Plano Diretor de 1996, é considerada área de interesse ambiental, portanto, oficialmente não edificável.

Em contrapartida, variadas invasões dessa área de propriedade particular marcaram sua história. Partindo do Louzeiro, o Riacho das Piabas foi canalizado no início dos anos de 1970. Poucas cidades da região agreste possuem resquícios de vegetação nativa com fauna associada em seu perímetro urbano. Municípios como Campina Grande, Puxinanã e Lagoa Seca compõem uma região peculiar porque ainda resguardam muitas fontes de água doce em seus trechos de montante, como um oásis em uma área de secas recorrentes.

Nas décadas de 1970 e 1980, dando continuidade a um processo cujas raízes remontavam à primeira metade do século XX, em várias cidades brasileiras de grande e médio porte, desenvolviam-se clubes restritos aos filiados a determinados sindicatos profissionais. Havia os clubes de engenheiros, médicos, magistrados, funcionários do Branco do Brasil, comerciários etc. Esses espaços serviam ao lazer familiar e à sociabilidade de ofício, fortalecendo laços construídos nas lides cotidianas da profissão, mas eram também espaços de diferenciação, e nos casos das categorias mais abastadas, conferiam status e distinção. Com frequência, reuniões sindicais de maior proporção, quando não cabiam nas sedes dos sindicatos, eram realizadas nas quadras poliesportivas desses clubes

recreativos. Sobre esse último aspecto, destacavam-se clubes de elite, desvinculados de sindicatos, para cujo acesso eram necessários um convite de um antigo membro e condições financeiras para o ingresso e a mensalidade ou semestralidade, geralmente com elevado valor.

Em Campina Grande, havia até um clube dos caçadores, espaço de reunião regular da elite local. Numa visita ao seu mal conservado acervo atual, percebemos que, diferentemente dos seus congêneres da época, não possuía quadras, nem piscinas, nem salão de baile; de início, o clube serviu abertamente à caça. Com a proibição da prática em 1934, o espaço continuou servindo aos mesmos fins, ainda que na clandestinidade. Abertamente, havia competições de tiro, concursos de *misses*, bailes de sociedade e, finalmente, a grande festa de São João da cidade – antes da existência do atual Parque do Povo – e também o carnaval. A festa junina local de São João, não obstante os adquiridos traços de popularidade, financiamento público e megalomania posteriores, nasceria lá como restrita aos endinheirados da cidade e aos setores de classe média que procuravam imitá-los.¹⁸

Esses espaços de recreação não desapareceram, é certo, mas foram progressivamente perdendo o interesse dos grupos sociais que os haviam idealizado, organizado e construído. O crescimento da violência urbana, o afrouxamento dos liames que mantinham mobilizados certos grupos sindicais, e até as transformações dos padrões de moda, esvaziaram-nos significativamente entre os anos de 1990 e 2010. O público que os frequentava envelheceu, e seus filhos buscaram novas formas de lazer nos fins de semana. Havia progressivo medo de se deslocar de casa a pé, o que se fazia com naturalidade nas décadas anteriores.

Em busca de segurança, casais idosos cujos filhos haviam se casado ou mudado da cidade passaram a vender suas espaçosas residências, agora sujeitas a invasões constantes, para buscarem refúgio em apartamentos em edifícios com porteiro. A demolição dessas residências para a construção de edifícios de apartamentos modificaria progressivamente a paisagem urbana de Campina Grande. A vista da Serra da Borborema, outrora quase onipresente na experiência do horizonte, agora se tornava restrita às bordas dos bairros ou às pequenas gretas e desvãos dos edifícios.

Inicialmente, esses apartamentos se diferenciavam por seu padrão de construção ou por fatores como seu espaço interno e localização. Isso definia sua projeção de valorização. A partir dos anos de 2000, entretanto, isso começou a se modificar. Desde então, não bastavam o acabamento e a localização; as antigas atividades de lazer, por causa da violência e dos progressivos engarrafamentos no trânsito urbano, migraram dos clubes para o espaço ainda mais restrito dos condomínios.

Assim, um edifício sem área de lazer completa – parque para as crianças, piscina, quadras e academia – via-se desvalorizado no cenário urbano. Sociabilidades e lazeres restritos aos condôminos, à sua capacidade de pagar por um determinado imóvel e habitar determinado bairro, que nesse novo contexto se valorizaram mais, reconfigurando o padrão de status e salubridade urbana da nova geografia da urbe. Bairros nobres, via de regra, recebem mais atenção por parte dos poderes públicos, como demonstram diversos indicativos, dentre eles saneamento e esgoto, abastecimento de água, estrutura viária e segurança pública. Nesse particular, os três bairros da cidade que sofreram processos de

modificação muito significativos foram o Alto Branco, o bairro da Prata e o Catolé.

Como cidade média, crescida ao sabor dos movimentos econômico-sociais que lhe levaram migrações externas as mais diversas, Campina Grande, em seu sítio urbano, mesmo nas áreas mais centrais, se caracteriza pelo limite frequente com áreas de mata nativa e pastos de pecuária extensiva, bordejando os mais conhecidos bairros, como a documentar seu crescimento recente e proximidade ao rural. A parcela da população que não se adaptou aos apartamentos e tinha condição de comprar um lote em um condomínio urbano rapidamente começou a investir nisso.

O primeiro dos condomínios urbanos fechados da cidade foi o Nações Residence Privê, inaugurado em 2003. Seu projeto atraiu professores universitários, empresários, funcionários públicos de diversa extração. Como frequentemente ocorre com esse tipo de condomínio, sua criação partia da transformação de um antigo território rural, cuja reserva de mata é protegida por lei, em zona urbana. Mais tarde, surgiram o Alphaville, construído por invasão e comercialização em área reservada pelo governo estadual para reserva de proteção permanente, e tantos outros.

A prosperidade dos setores abastados da cidade reivindicou, gradativamente, alguns espaços do centro e dos bairros mais próximos para novas atividades produtivas e imobiliárias, afastando dessas regiões não somente populações que não se incluíam nessa lógica, traços arquitetônicos e logísticos ligados às atividades que lhes haviam precedido economicamente, mas também os animais e a cobertura vegetal que davam

sua identidade sensorial ao bioma de ecótono entre caatinga e brejo de altitude que caracterizam Campina Grande.

Por isso, foram destruídos vários galpões centenários outrora destinados aos fardos de algodão que aguardavam exportação, pelo Porto de Cabedelo, e que ainda conviviam com uma rede hidrográfica visível com a qual a cidade estabelecera relações históricas e afetivas. As residências do século XIX na cidade, eliminadas em sua quase totalidade, de arquitetura de estilo colonial, tinham quase invariavelmente os seus jardins à frente e pomares atrás. As novas residências *art déco* dos anos 1930, 1940 e 1950 e as modernas, posteriores a 1950, diminuíram seu espaço. As construídas depois de 1990 simplesmente os suprimiram. Agora, o problema do espaço atingiu, por causa de interesses da população e dos gestores, a presença da arborização urbana, mesmo quando na contramão de legislações municipais protetoras.

A cidade ficou cada vez mais concretada e cimentada, impermeável, e a fauna urbana se transformou, algumas espécies desapareceram, como as rolinhas, outras proliferaram, como os pardais e os bem-te-vis. Tudo isso não passou despercebido aos olhares dos residentes urbanos. Nas classes médias, nasceu um movimento de defesa ambiental, inicialmente ligado às batalhas e militâncias de redemocratização do Brasil, mas, mais tarde, claramente caracterizado como “militância verde”. Criou suas bases entre os anos de 1980 e 1990. Na década de 1990, sua militância passou a se direcionar mais às questões urbanas, que ganhavam importância na medida em que a cidade passava a ser vista como um espaço de natureza no qual se identificavam biomas, sistemas hídricos e climáticos, fauna e flora passíveis de preservação.

Condomínios horizontais e verticais e ativismos ambientalistas de classe média: pequena história das vozes dissonantes

Às vezes eu falo com a vida, / às vezes é ela quem diz,
/ qual a paz que eu não quero conservar / pra tentar
ser feliz. / As grades do condomínio / são pra trazer
proteção, / mas também trazem a dúvida / se é você
que está nessa prisão. (O Rappa)

O trecho da letra da epígrafe a este subtópico, composta nos anos de 1990, sintetiza bem os dilemas vividos pela classe média nas décadas que nos precedem mais imediatamente no Brasil. A crescente violência gera desejo de proteção. Entretanto, o desejo de segurança, em suas decorrências de materialização defensiva, é também acompanhado por práticas voluntárias ou involuntárias de exclusão social, econômica e urbana. Afinal, alguns dos piores conflitos históricos tiveram como justificativa a garantia do “espaço vital” e a necessidade de proteção e defesa profilática.

Era isso, enfim, que lhes conferia o comum status. Por outro lado, desejos de distinção social e pessoal são traço comum nas afetividades e anseios das sociedades contemporâneas, apesar de suas diferentes formas de manifestação em sociedades coevas. Os vislumbres de ascensão econômica e social gerados pelo capitalismo e seu sistema midiático, entretanto, deslocam, em fluidez, permanentemente esses padrões. O local da moradia elegante, o bairro nobre, a região segura da cidade se modificaram com o passar das décadas.

Curiosamente, ao longo dos anos de 1980, 1990 e 2000, em Campina Grande, foi no seio da mesma classe média que comprava esses

anseios de ascensão social que surgiram movimentos de crítica e contracultura, com a criação das ONGs de proteção ambiental. Não há muitos trabalhos escritos sobre as mobilizações das classes médias por bandeiras ambientais no interior do Nordeste. Talvez isso se deva a uma relativa invisibilidade dessas ações mobilizadoras de interesses de grupos urbanos na medida em que se distanciam no tempo ou se malogram, por vezes, seus objetivos.

O que, porém, os mobilizaria? Temos uma hipótese: frente à fluidez das relações humanas contemporâneas, ao esfacelamento precoce dos símbolos histórico-sociais de um tempo e de seus valores e horizontes estéticos, dentre eles a arquitetura, a associação com fins de preservação nos parece um expediente de busca de fixidez. Ela materializaria um desejo de solidariedade capaz de exorcizar a atomização e a morte de certos padrões de identidade construídos para si e para os seus.

É provável que seja isso que mobilize Talden Queiroz Farias a dedicar parte considerável de seu tempo à elaboração de pareceres e petições jurídicas em defesa de bandeiras ambientais. Ele é hoje jurista e professor da UFPB, em João Pessoa. Nasceu em Campina Grande, em março de 1977, e viveu sua infância entre os tempos de abertura política no Brasil e a construção progressiva do edifício da Nova República. Talden morou nesse período na rua Desembargador Trindade, uma das mais tradicionais da antiga configuração urbana e cultural da cidade. Sua mãe, Sra. Celeide, era professora do Curso de Economia e seu pai, Sr. Leidson, advogado. O escritório do pai se localizava no Edifício Lucas, um dos únicos com mais de cinco andares da cidade na época. Talden se recorda de que, do final dos anos de 1980 até o início da década de 1990,

era muito comum entre as crianças e adolescentes de sua idade criarem animais silvestres, como pássaros, saguis etc.

Esses animais eram apresados pelas próprias crianças nas imediações do Açude Velho ou nas regiões rurais fronteiriças com a cidade. Também podiam ser adquiridos na tradicional feira da cidade, onde diversos agentes vendedores haviam se especializado nesse comércio. As crianças trocavam esses animais assentadas na calçada da rua ou apostavam sua posse. Jogava-se também muito futebol na própria via de carros da Desembargador Trindade, então muito menos movimentada e abraçada por um conjunto de amendoeiras e ficus, mas principalmente castanholas.

A rua, hoje, pode ser tomada como paradigma de verticalização em Campina Grande; seus casarões foram demolidos para dar espaço a dezenas de edifícios compactos com mais de 12 andares. Essas edificações levaram consigo pelo menos mais três carros na garagem por apartamento, “um para a esposa, outro para o marido e outro para o filho que começou a estudar na faculdade”, segundo Talden Farias. A verticalização também tirou a visão que se tinha da Serra de Fagundes a partir do centro da cidade, a brisa que corria refrescando as tardes, a vista do açude, a fluidez do trânsito.

Talden se recorda de que, quando um vizinho fazia uma viagem mais longa, as crianças da rua Desembargador Trindade se aproveitavam de seu pomar ou jogavam bola em seu quintal, sossegadamente: “Nós aproveitávamos mais a cidade, embora a cidade não tivesse maiores equipamentos públicos”.¹⁹ O ritmo mais lento da cidade dava a impressão de um caminhar mais lento da vida, que parecia mais apreensível, intensa,

de qualidade, menos classificável em quantidades. Talden vivia em uma cidade com largos horizontes de visão e clima muito agradável nessas décadas:

Campina Grande era uma cidade basicamente horizontal. Tinha dois edifícios, o edifício Rique e o edifício Lucas. Foram construídos por dois empresários, um construiu e o outro empresário que era concorrente, que era inimigo, fez o outro maior... Quando eles foram construídos, numa cidade do Nordeste, do interior do Nordeste, aquilo ali era uma coisa impensável. Símbolo de modernidade, Campina Grande era uma pequena São Paulo, uma pequena Nova York, então, não havia prédios mais altos.²⁰

Uma referência visual de Campina Grande sempre foi o Açude Velho, repositório das águas que, da Mata do Louzeiro, via Riacho das Piabas, foram ali represadas na década de 1820. Simultaneamente cartão postal e repositório de esgoto, o açude foi um dos primeiros cenários de movimentos de proteção ambiental na cidade.

Roberto Almeida, fundador da Organização Campinense dos Amigos da Natureza (OCAN) e da APAM de Campina Grande, hoje com 62 anos, era um dos seus mais aguerridos defensores. Diversas vezes reintroduziu animais no espelho de água do açude e mobilizou campanhas de limpeza do lixo interno nas quais contava com ampla colaboração de professores e alunos das universidades estadual e federal, UEPB e UFCG.

Desde o final dos anos de 1970, militantes de classe média como Talden e Roberto Almeida se associavam com o objetivo de pressionar as autoridades pela preservação dos patrimônios cultural e ambiental de Campina Grande. Roberto, que mais tarde seria coordenador do escritório da Superintendência de Administração do Meio Ambiente (Sudema), e o

engenheiro agrônomo Ítalo de Souza Aquino foram ambientalistas pioneiros na cidade. Na época, como funcionário da UFCG, Roberto atuou com os professores Átila Almeida e Quirino na fundação da OCAN, primeira ONG de defesa ambiental local. A OCAN esteve ativa entre 1980 e 1985. Depois, foram fundadas, em 1985, a sede campinense da APAM e o MEL, Movimento Ecológico Livre.

Nascido nos anos de 1950, em Campina Grande, desde sua infância Roberto se interessou pela defesa dos patrimônios culturais da cidade. Com um grupo de historiadores, biólogos, juristas e profissionais liberais interessados em campanhas de defesa da natureza na cidade e na preservação da sua qualidade de vida, fundou a sede da APAM local, de onde, diversas vezes, veicularia sua militância. Em certa ocasião, um projeto na Câmara Municipal Legislativa de Campina Grande previa o aterramento de quase 50% do espelho de água do açude para a construção de um shopping.

Opondo-se ao projeto, a APAM obteve vitória. Em um desses lances, em um momento extremado de protesto, frente ao assédio da polícia, Roberto, sob a assistência de alguns militantes, mergulhou nu nas suas poluídas águas. Em outro momento, lembra-se de ter-se metido na copa de uma árvore quase centenária por 11 horas a fio para impedir sua derrubada, vindo ao chão com ela, no centro da cidade, sob os golpes de um trator. Outra vez ainda, num protesto semelhante, no bairro da Liberdade, conseguiu sensibilizar o então prefeito Ronaldo Cunha Lima, que não só não permitiu o corte da árvore, mas também promoveu seu tombamento como patrimônio da cidade.

Inicialmente Campina Grande tinha a OCAN, que tinha Rômulo Azevedo, Roberto Almeida, Lucas Sales, que é publicitário, tinha uma galera aí grande. E os mais atuantes, na minha opinião, eram o Ramiro e o Roberto Almeida. Professor Quirino já veio numa fase posterior; ele criou uma ONG chamada ANDE, que é a Associação Nordestina de Defesa dos Ecossistemas.²¹

O grupo de ambientalistas militantes de classe média contava com um diferencial importante. Vinculados ou não à UFCG ou à UEPB, todos, quase invariavelmente, tinham a seu favor uma formação acadêmica. Isso lhes permitia falar em nome de um discurso autorizado e lastreado pelos saberes que poderiam confrontar a ignorância e a irracionalidade que localizavam nos interesses políticos imediatistas, o que lhes dava o status de equipe interdisciplinar. Sob esse aspecto, outra área importante dessa militância foi o direito ambiental. Talden se recorda de ter escrito, diversas vezes, petições ou representado em nome da APAM contra prefeitos de Campina Grande e dos arredores da cidade que cortavam árvores ilegalmente. A APAM conta até hoje com uma equipe interdisciplinar. Alguns outros ambientalistas, como Ramiro Pinto, do MEL, tentaram estender sua atuação para os campos da política partidária, candidatando-se várias vezes a cargos eletivos na cidade e no Estado.

Por pressão e atuação dessa militância, entre 2003 e 2004, o Instituto Histórico e Artístico do Estado da Paraíba circunscreveu o Centro Histórico de Campina Grande, configurado em um cinturão de imóveis e praças delimitadas em áreas centrais da cidade. Isso, entretanto, à semelhança do que ocorreu com as interdições de verticalização dos planos diretores, rapidamente desrespeitadas, não tem impedido a demolição das edificações consideradas de importância. Da mobilização

parcialmente bem-sucedida, nos anos de 1970, em favor da preservação da casa oitocentista que pertencera ao prefeito Cristiano Lauritzen (1847-1923) aos malogrados esforços de defesa de imóveis urbanos destruídos hoje para a edificação dos grandes edifícios, uma trajetória de lutas e ações públicas da APAM pode ser acompanhada pelos jornais de Campina Grande, pelas redes sociais e pelos blogs pessoais.

Acusados de “ecoloucos”, os ambientalistas atuavam num ambiente de progresso material marcado com os símbolos do novo. A capacidade de mobilização que seu discurso gerava nas classes mais baixas era pequena. As classes abastadas também, via de regra, eram porta-vozes do discurso de progresso, que associava concreto armado e edifícios a inovação, vanguarda e cosmopolitismo cultural. O discurso dos ambientalistas tinha audiência em restritos setores das classes médias. Entretanto, nos anos de 2000, isso pareceu mudar parcialmente em Campina Grande, mas não em favor das bandeiras das ONGs ambientalistas. Aproveitando-se da difusão das informações sobre degradação do meio ambiente, setores do capital financeiro passaram a financiar ações preservacionistas e de produção de energia limpa. A ideia era fazer disso um negócio. Não demorou muito para que essa tendência chegasse aos setores imobiliários. A mídia nacional e internacional havia conferido *glamour* ao discurso de preservação.

Campanhas em defesa de certas espécies de animais contra a extinção, alertas sobre o desgaste e provável desaparecimento da camada de ozônio conseguiram maior audiência e aceitação nos locais mais remotos da cidade, onde havia invariavelmente aparelhos de TV. Estavam preparadas as condições de possibilidade para que o discurso ambientalista

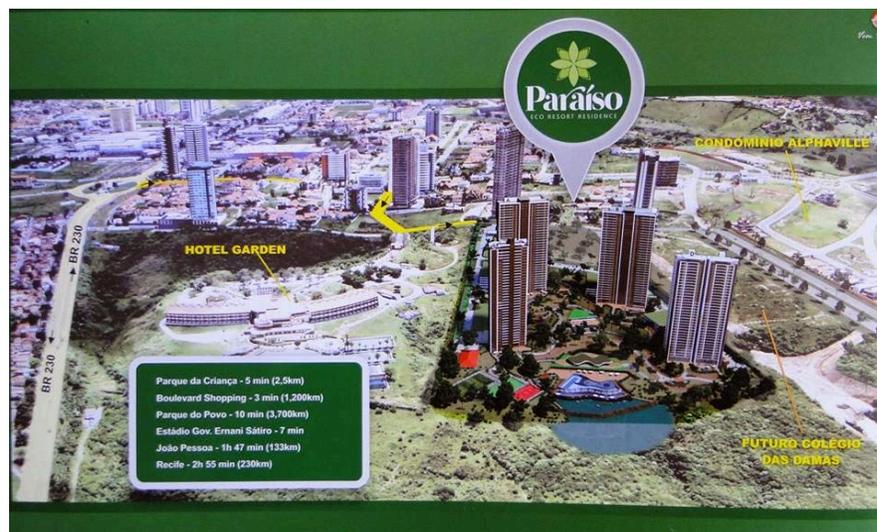
fosse recebido e ressignificado pelas redes de mídia ligadas ao comércio e à publicidade imobiliários. Isso era feito, quer pela propaganda direta das elaboradas maquetes expostas em shoppings, quer pelos meios de comunicação visuais e auditivos.

As bandeiras ambientalistas de classe média dos anos 1970, 1980 e 1990 buscavam melhorar as condições de vida e bem-estar das cidades, preservando sua fauna e flora, seu clima, a arborização das praças, dentre outras bandeiras. A mídia procurava, então, vender uma idílica natureza perdida, entretanto, de fruição restrita aos padrões da propriedade. A mensagem era mais ou menos esta: a cidade está degradada, seu clima quente, suas condições de segurança pública péssimas, mas se você puder pagar por isso, nós lhe venderemos o passado intramuros, engarrafando o saudosismo de tudo o que foi perdido como prêmio para o mérito individual. No texto das propagandas, esse mérito geraria a capacidade monetária de reservar, cercar e cuidar do melhor para si e para os seus.²²

Esses cercamentos urbanos assumiram não apenas o formato clássico dos condomínios horizontais, mas também a ânsia de contemplação das alturas nos grandes residenciais verticais, localizados acima das expressões atmosféricas mais poluídas e dos ruídos do trânsito. Formaram-se propostas imobiliárias híbridas. Grandes *ecoresorts* residenciais, dotados de completa área de lazer e cercados por uma floresta-jardim controlada, e razoavelmente extensa, chegaram como propostas a Campina Grande nos anos de 2000.

Na lógica desses novos cercamentos urbanos, o dinheiro é capaz de comprar a natureza, a paz e a beleza perdidas, mas de forma individualizada, reservada, restrita. Marcada por um saudosismo de uma

natureza e um passado perdidos, essa utopia de retorno à paz da fazenda dos avós tem configuração escapista e individualista ao extremo. O otimismo invariável das campanhas publicitárias de imóveis só é contrastado com o apelo ao crescimento exacerbado da violência que induziria o consumidor provido de escolha, por dispor de renda e crédito para tanto, à mudança de domicílio. O cotidiano de acidentes de trabalho e exploração presentes no negócio é mascarado por uma projeção de sucesso crescente e prosperidade sem fim, no movimento do qual se sucedem miríades de oportunidades imperdíveis. É o caso do Paraíso Eco Resort Residence, projeto ainda em construção que reúne uma microrreserva, área de lazer e apartamentos de luxo.



Nos condomínios horizontais, nos grandes edifícios com vista panorâmica ou nas formas híbridas, como a que vemos na campanha de marketing acima, um traço da modernidade é recorrente nas particularidades geográficas e históricas de Campina Grande. Trata-se da

busca de uma paz possível, mesmo que comprada, entendida como conquista psicológica de status e ausência, igualmente subjetiva, dos problemas mais comuns nas sociedades modernas do Brasil: a violência, a poluição urbana, a poluição sonora. Paradoxalmente, apartados do cotidiano mais solidário e indistinto dos antigos centros urbanos, os condomínios fechados são também espaços involuntários de solidão.

Considerações finais

Mobilizações contra demolições de residências antigas pertencentes à memória coletiva e afetiva da cidade também foram espaços de protesto bastante frequentes. A velocidade das demolições é proporcional à rápida tecnologia de construção dos novos parâmetros paisagísticos da cidade nova.

As vozes dos ambientalistas da APAM, esboçando resistência ao desaparecimento fluido e célere da cidade antiga, embora isoladas, constituem um elemento de discordância e dissonância na euforia construtiva campinense. Essa euforia, abalada recentemente pelos efeitos da crise econômica que hipertrofia e explode a bolha imobiliária, não conseguiu conquistar todos os setores da classe média para seu canto de sereia.

Registrar essas vozes a contrapelo da tendência, embora sucintamente, foi aqui parte de nosso intento. Abordar uma cidade, a partir da percepção de seus moradores de classe média diretamente engajados em ações questionadoras ou transformadoras dos processos de urbanização associados ao otimista discurso do progresso, foi outro dos nossos objetivos. A militância ambiental após os anos de 1970 no Brasil,

como em outros países, passou a apresentar em seu discurso razões ontológicas de defesa advindas dos saberes biológicos em voga. A defesa da biodiversidade da fauna e da flora urbanas, então, não tinha apenas um apelo saudosista, utilitarista ou pragmático.

Concepções sobre climas urbanos e interdependência entre seres e biomas perdiam o sentido meramente ligado a uma reserva para as gerações futuras. A natureza tinha uma importância por si e para si, independentemente dos homens. Certamente, o embate foi muito grande na sociedade ávida de pujança e progresso material. O discurso ambientalista pareceu pessimista e catastrofista aos protagonistas do futuro. Confrontar os textos dos documentos escritos com os relatos de seus redatores e do público que os recepcionou pareceu-nos interessante e elucidativo para historiar esse processo dinâmico entre os textos dos planos diretores e o cotidiano de sua materialização no contexto fluido e dinâmico da sociedade e do mercado imobiliário campinense, na qual floresceu uma militância ambiental de oposição digna de nota.

Note-se que, na contramão desse pensamento hegemônico, desenvolveu-se todo um importante debate acadêmico e militante, cujos participantes pautaram suas análises, reivindicações e intervenções na cidade a partir de outros parâmetros político-ideológicos e, portanto, de outras perspectivas de presente e de futuro. Vale pontuar alguns pontos divergentes que colocam a percepção da cidade e, mesmo a gestão pública, em outro patamar.

Apenas como exemplo, podemos citar Ermínia Maricato²³ ao apontar a cisão entre as matrizes que fundamentam o planejamento urbano e a legislação de um lado, e a realidade socioambiental das cidades

de outro. Desse fato decorrem, segundo a autora, profundas desigualdades nas formas de morar, na distribuição de benefícios públicos, e pela criação de um mercado imobiliário restrito e especulativo. Certeau²⁴ fala da diferença de percepção da cidade conforme a perspectiva teórico-metodológica do observador. São “duas cidades” distintas: uma vista de cima, que expressa o olhar dos urbanistas, arquitetos, gestores públicos, e a outra exhibe a vida pulsante da cidade desafiando a ordem e a assepsia preconceituosa da classe média.

Nessa linha de raciocínio, impõe-se pensar nos estudos que se constituem na perspectiva analítica que enfatiza os conflitos e os embates que envolvem as disputas *entre* e *intra* classes nos processos de apropriação da cidade. São estudos que contam histórias das pessoas comuns, ou, na expressão de Certeau, “os pedestres ordinários”²⁵ que lutam pelo direito à cidade e a ocupam consoante suas necessidades de sobrevivência. Nesse caso, pensamos, incluem-se as ocupações que os “poderes” insistem em chamar de invasões.

Notas:

* Pós-Doutor em História, Relações de Poder, Sociedade e Ambiente pela Universidade Federal de Pernambuco (2010). Atualmente é Professor efetivo, Associado I, com regime de Dedicção Exclusiva da Universidade Federal de Campina Grande/PB.

¹ Ver: LA BLACHE, P. V. As características próprias da Geografia. In: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1995.

² O conceito de paisagem também foi explorado por SCHAMA, S. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

³ Ver: TUAN, Y. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

⁴ Ver: CHOAY, F. **A natureza urbanizada, a invenção dos “espaços verdes”**. Projeto História. Revista do Programa de Estudos pós-graduados de História. São Paulo, PUC-SP, (18), mai. 1999.

⁵ Ver: BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

⁶ Ver: CASARIL, C. C.; FRESCA, T. M. Verticalização urbana brasileira: histórico, pesquisadores e abordagens. *Revista Faz Ciência*, v. 9, nº 10, jul./dez.2007. pp. 169-190.

⁷ A Associação Paraibana dos Amigos da Natureza (APAN) é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos (OSCIP) localizada em João Pessoa, capital da Paraíba. Fundada em 1978, a entidade promove a defesa do [meio ambiente](#) paraibano e a preservação dos [ecossistemas](#) naturais do Estado. Ela tinha uma sede em Campina Grande, submetida à da capital. Em 1985, porém, sob o comando de Roberto Almeida, que havia se indisposto politicamente com Paula Francinete, diretora da APAN de João Pessoa, foi criada a APAM (Associação de Proteção Ambiental). Assim, há hoje a APAN em João Pessoa e a APAM em Campina Grande. Nossas pesquisas tiveram como foco esta última.

⁸ Entrevista com Geraldino Pereira Duda, em 15/09/2015.

⁹ Segundo a estimativa de população de 2014, a cidade possui 402.912 habitantes. Mais informações disponíveis em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=250400>. Acesso: 10/10/2015.

¹⁰ O Compartimento da Borborema é a denominação político-geográfica de parte do Planalto da Borborema que engloba 60 cidades da Paraíba monopolizadas por Campina Grande. Ele abrange sete microrregiões conhecidas como Microrregião do Agreste da Borborema, Microrregião do Brejo Paraibano, do Cariri, do Curimataú Ocidental e Oriental, do Seridó Ocidental Paraibano e do Seridó Oriental Paraibano.

¹¹ Ver: FERREIRA, M. R. *Industrialização dirigida e seus impactos em contexto regional arcaico e dependente: a experiência de Campina Grande*. Mestrado, Geografia-UNESP. Rio Claro, SP, Brasil, 1984.

¹² BONATES, M. F. Leis que (des)orientam o processo de verticalização. Transformações urbanas em Campina Grande à revelia da legislação urbanística. **La planificación territorial y el urbanismo desde el diálogo y la participación**. Actas del XI Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Buenos Aires, maio, 2010, pp. 2-7. Disponível em: http://www.filo.uba.ar/contenidos/investigacion/institutos/geo_bkp/geocritica2010/517.htm. Acesso: 15/2/2015.

¹³ Idem.

¹⁴ Ver: BARROS, N. C. **O pequeno comércio no interior do Nordeste do Brasil**: estudo sobre comércio ambulante na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba. Doutorado, FFLCH-USP, São Paulo, Brasil, 1987.

¹⁵ Entrevista com Mariana Bonates, em 01/09/2015

¹⁶ “O Plano Diretor é o instrumento básico que orienta a atuação da administração pública e da iniciativa privada, de forma a assegurar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade, a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar da população, segundo os princípios da democracia participativa e da justiça social.” Art. 2º, Plano Diretor – 2006, Campina Grande.

¹⁷ Adaptado de: BARBOSA, A. G. Análise do mercado imobiliário de Campina Grande (PB). A partir da construção de condomínios horizontais e verticais. **Encontro Regional de Estudos Geográficos**, 22-25/7/2009.

¹⁸ Ver: CARDOSO, C. A. A. **A cidade e a festa no interior do Nordeste**: espetáculo de poder, modernização e transformação cultural em Campina Grande-PB. Doutorado, FFLCH-USP, São Paulo, Brasil, 2000.

¹⁹ Entrevista com Talden Queiroz Farias, em 19/08/2015

²⁰ Idem.

²¹ Idem.

²² Ver: ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei:** legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Fapesp, 1997.

²³ Ver: MARICATO, Ermínia: As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único:** Desmanchando Consensos. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

²⁴ Ver: CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano:** 1 Artes de Fazer. Petrópolis/RJ. Vozes, 1994.

²⁵ Idem, ibidem.